

CONSTITUINTE GAZETA MERCANTIL

Votação da proposta de Zaneti provoca confronto entre os pemedebistas

por Andrew Greenless de Brasília

Chegou ontem a um ponto crítico a rivalidade entre os "progressistas" e "moderados" do PMDB. Quase terminou em violência física a votação da proposta apresentada pelo deputado Hermes Zaneti à Comissão de Sistematização no sentido de que a Constituinte promovesse uma auditoria da dívida externa brasileira.

Capitaneados pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e pelo deputado Prisco Viana, relator da proposta de Zaneti, os "moderados" argumentaram que não cabe à Assembléia Constituinte preocupar-se com a dívida externa. Este foi o tom do parecer de Viana, que o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, pretendia colocar em votação.

Apesar do apoio do PT e do PC do B, os "progressistas" perceberam que não teriam força para rejeitar o parecer e retiraram-se do plenário. Líderes deste grupo, como o deputado Nelson Jobim, defendiam a tese de que a Constituinte não pode pretender a elaboração de uma carta avançada enquanto o País sofre as consequências da dívida externa.

O próprio Zaneti pediu verificação de quórum pa-

ra seu projeto, sabendo que a votação seria adiada, já que seus companheiros haviam deixado o recinto. O senador Arinos, no entanto, considerou em votação o parecer de Prisco Viana. A bancada "moderada" aprovou este texto e arquivou conseqüentemente, a proposta de Zaneti.

A revolta dos "progressistas" do PMDB voltou-se então contra o deputado Carlos Sant'Anna, que passara o dia convocando membros de seu grupo a comparecerem ao plenário e derrubarem a idéia de fazer a auditoria da dívida via Constituinte. "Golpista", "Penetra no PMDB" e "Mandado do Sarney" foram alguns dos impropérios que Sant'Anna ouviu de membros de seu próprio partido. Não fosse por deputados conciliadores, que separaram Sant'Anna dos "progressistas" e membros dos partidos menores, haveria choques físicos. Os "progressistas" prometeram recorrer da atitude do senador Arinos.

O episódio mostrou claramente a divisão dos dois blocos pemedebistas no Congresso, evidenciado também na discussão sobre o mandato do presidente José Sarney. Enquanto os "progressistas" querem quatro anos, Carlos Sant'Anna avisa que os "moderados" a defendem seis.

Empresários paulistas apresentam suas teses

por Antonio Gutierrez de São Paulo

Os empresários definiram oficialmente suas posições em relação à organização política e econômica do País. Um documento, elaborado por seis entidades empresariais e "baseado na livre iniciativa e na paz social", foi entregue ontem ao presidente da República, José Carlos Sarney, aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

INFLUIR NA CONSTITUINTE

O decálogo tem uma finalidade: influir nas decisões da Assembléia Constituinte. Apesar de o presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, um dos signatários, ter colocado esse objetivo em segundo plano, ao afirmar que o documento se endereçava "antes de mais nada à sociedade como um todo", alguns itens são uma clara resposta aos relatórios das subcomissões da Comissão da Ordem Econômica.

Entre os princípios que devem garantir a liberdade econômica, os empresários enquadram a garantia do direito da propriedade. "Não haverá expropriação", diz o documento, a não ser em casos definidos previamente em lei ou de interesse social, "mediante prévia e justa indenização em dinheiro". Esta postura confronta-se com a do relator da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho, onde limita a extensão de uma propriedade rural e dá posse automática à União a áreas de interesse de implantação de reforma agrária. "Isto é um retrocesso", afirmou o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, também responsável pelo documento. Esta decisão prejudicaria o agricultor que investiu na própria empresa.

Já o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Ma-

to Grosso e Mato Grosso do Sul, Paulo de Queiroz, outro signatário, confessou-se preocupado com a nacionalização dos bancos estrangeiros. Para ele, a criação de barreiras para a ajuda externa contraria os interesses nacionais. Esta crítica também está colocada no documento, onde se pede a não discriminação entre as empresas em virtude da origem de seu capital.

Além disso, o decálogo defende: a participação prioritária das empresas privadas na economia; a participação do Estado na economia se daria apenas em caráter excepcional, através de "uma lei especial", não sendo permitida a intervenção estatal em prejuízo da empresa privada; a livre associação de capitais e pessoas; repressão ao abuso do poder econômico; e a garantia ao trabalhador de participação no resultado da atividade econômica.

Este documento foi entregue com as assinaturas dos presidentes da FIESP, Mário Amato; da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho; da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Sul e Centro-Oeste do Brasil, Benedito Dario Ferraz; da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Salles Meirelles; e da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo.

Amato descartou a hipótese de esse documento ter sido elaborado em resposta às posições de confronto do governo em relação aos empresários. "Este trabalho é um pensamento que nos acompanha há muito tempo, como uma doutrina", afirmou. Contudo, o pronunciamento de Szajman foi bastante duro com o governo. "Temos, no Brasil, um governo pesado demais. Um governo que nos pede sacrifícios para vencer a crise (...) contudo não parece disposto a sacrificar nada da sua presença traumatizante, cara e paralisadora na economia brasileira", afirmou.

Relatório de sistema financeiro tem apoio

por Francisco Stella Fogá de Brasília

Representantes do PMDB, do PT, do PDT e do PFL na Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte manifestaram ontem a disposição de apresentar emendas ao anteprojeto apresentado pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da subcomissão. Mas estão dispostos a defender até a última etapa de elaboração da nova Carta as principais propostas contidas no anteprojeto, entre elas a criação de uma comissão especial do Congresso com poderes para vetar decisões da área econômica do governo, a fixação de um teto para a cobrança de juros, restrições ao capital estrangeiro no sistema financeiro.

Os deputados José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), Luiz Gushiken (PT-SP) e Sérgio Spada (PMDB-PR) protestaram veemente-

mente contra o grupo de assessores da subcomissão que acusara publicamente o relator de ter apresentado um anteprojeto elaborado no Banco do Brasil e de ter ignorado o trabalho da assessoria legislativa. "E a base queiros do 'lobby' dos banqueiros na assessoria legislativa", diagnosticou Gushiken.

Por decisão de Gasparian, apoiado pelo presidente da subcomissão, deputado Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), os assessores serão transferidos. E a disposição dos membros da subcomissão é aperfeiçoar a proposta do relator.

Gushiken, por exemplo, que, ao lado de outros sete membros da subcomissão, defende a estatização do sistema financeiro, considera bastante avançada a proposta de Gasparian, de um sistema misto, de convivência entre instituições privadas e estatais.